

# Edilson Mougenot Bonfim

Procurador de Justiça Criminal de São Paulo.

Ex-Corregedor-geral do Município de São Paulo.

Presidente-fundador da Escola de Altos Estudos em Ciências Criminais.

Doutor em Processo Penal pela Universidade Complutense de Madri.

Professor convidado de Direito Penal e Processo Penal da Faculdade de Aix-en-Provence (França). Professor "Honoris Causa" da Universidade da Região da Campanha (RS). Professor do curso de especialização da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo. Professor colaborador do programa de mestrado da Universidade Federal de Alagoas.

## Curso de Processo Penal

12ª EDIÇÃO

2017

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-1955-0

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057**somos**  
EDUCAÇÃO**saraiva** jurAv. das Nações Unidas, 7.221, 12º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

Bonfim, Edilson Mougenot

Curso de processo penal / Edilson Mougenot Bonfim. – 12. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

1. Processo penal 2. Processo penal - Jurisprudência - Brasil I. Título.

17-0653

CDU 343.1

**Presidente** Eduardo Mufarej**Vice-presidente** Claudio Lensing**Diretora editorial** Flávia Alves Bravin**Conselho editorial****Presidente** Carlos Ragazzo**Consultor acadêmico** Murilo Angeli Dias dos Santos**Gerência****Planejamento e novos projetos** Renata Pascual Müller**Concursos** Roberto Navarro**Legislação e doutrina** Thais de Camargo Rodrigues**Edição** Iris Ferrão**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)

Luciana Cordeiro Shirakawa

Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Guilherme H. M. Salvador

Kelli Priscila Pinto

Marília Cordeiro

Mônica Landi

Tatiana dos Santos Romão

Tiago Dela Rosa

**Data de fechamento da edição: 4-7-2017**Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL

604209

CAE

621324

**Diagramação e revisão** Know-How Editorial**Comunicação e MKT** Elaine Cristina da Silva**Capa** Muiraquitã Editoração Gráfica**Produção gráfica** Marli Rampim**Impressão e acabamento** Prol Editora Gráfica

410 3448

# ÍNDICE

Nota à 12ª edição .....	37
Nota à 11ª edição .....	39
Anotação técnica à 10ª edição.....	41
Nota à 10ª edição .....	43

## Capítulo I

### FUNDAMENTOS DO PROCESSO PENAL

1. Introdução: Estado e poder .....	47
2. O direito como limite ao poder .....	48
3. Poder e processo .....	49
4. As normas jurídicas .....	50
5. Direito penal e processo penal .....	50
6. Direito processual penal .....	51
6.1. O conceito de direito processual penal .....	53
6.2. Direito processual penal e direito processual civil .....	53
6.3. Fontes do direito processual penal .....	54
6.3.1. Fontes materiais, de produção ou substanciais .....	54
6.3.2. Fontes formais, de cognição ou de revelação .....	54
6.3.3. A Constituição Federal como fonte processual penal ..	56
6.3.3.1. Normas processuais penais constitucionais .....	57
6.3.4. A súmula vinculante como fonte processual penal ..	58
6.3.5. Normas de “superdireito”: as fontes do direito como meios de produção de normas jurídicas .....	59
7. Síntese .....	61

## Capítulo II

### JURISDIÇÃO

1. Introdução .....	63
1.1. Jurisdição como poder.....	63
1.2. Jurisdição como atividade .....	64
1.3. Jurisdição como função .....	65
2. Elementos que compõem a jurisdição .....	65

3.	Órgãos que exercem a jurisdição .....	66
4.	Características da jurisdição .....	67
5.	Princípios relativos à jurisdição .....	68
6.	Divisões .....	72
7.	Síntese .....	73

## Capítulo III

### A RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL PENAL

1.	Relação jurídica processual .....	77
2.	Características da relação jurídica processual .....	78
3.	Pressupostos processuais .....	79
4.	Sistemas processuais .....	80
4.1.	Confusão conceitual .....	81
4.2.	A classificação do sistema processual brasileiro .....	82
5.	Síntese .....	84

## Capítulo IV

### OS PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL

1.	Introdução e conceito .....	88
1.1.	Estudo sistemático dos princípios .....	89
2.	Critérios para classificação .....	90
3.	Quanto à classificação .....	90
4.	As antíteses teóricas (dos princípios do processo penal) .....	91
5.	Conflito de princípios (garantias) processuais .....	91
6.	Principais princípios processuais penais .....	92
6.1.	Princípio do devido processo legal (devido processo penal) .....	92
6.1.1.	Princípio do devido processo legal material e formal .....	93
6.2.	Princípio do contraditório .....	95
6.2.1.	Espécies de contraditório .....	96
6.3.	Princípio da ampla defesa .....	97
6.4.	Princípio do estado de inocência, da “presunção” de inocência ou princípio da não culpabilidade .....	98
6.4.1.	Análise terminológica .....	99
6.4.2.	Conteúdo do princípio .....	99
6.4.3.	Prisão provisória e princípio do estado de inocência .....	101
6.5.	Princípio do <i>favor rei</i> ( <i>in dubio pro reo</i> ou <i>favor libertatis</i> ) .....	101
6.5.1.	<i>In dubio pro reo</i> e <i>in dubio pro societate</i> .....	101
6.6.	Princípio da verdade real .....	102



6.7.	Princípio da vedação das provas ilícitas .....	102
6.8.	Princípio da igualdade das partes ou da paridade processual .....	103
6.8.1.	Objetivo .....	103
6.8.2.	Caráter relativo .....	104
6.9.	Princípio da publicidade .....	104
6.9.1.	Publicidade imediata e mediata .....	105
6.9.2.	Publicidade absoluta, plena ou externa e publicidade restrita, especial ou interna .....	105
6.9.3.	Publicidade, sistema acusatório e sigilo .....	106
6.10.	Princípio da persuasão racional ou do livre convencimento motivado .....	108
6.11.	Princípio da motivação dos atos judiciais .....	109
6.11.1.	Função endoprocessual e extraprocessual da motivação .....	110
6.11.2.	Relevância da motivação .....	111
6.11.3.	Dispensa e exigência de motivação .....	111
6.11.4.	Sentença do Tribunal do Júri .....	111
6.12.	Princípio da economia processual .....	112
6.13.	Princípio do duplo grau de jurisdição .....	113
6.14.	Princípio da vedação do <i>bis in idem</i> .....	113
6.15.	Princípio da proporcionalidade .....	114
6.15.1.	A modalidade “proibição de excesso” .....	115
6.15.1.1.	O “teste alemão” (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito) ...	116
6.15.2.	Proibição de infraproteção ou proibição de proteção deficiente: a outra vertente do princípio de proporcionalidade .....	117
6.15.3.	Violações do princípio em abstrato e em concreto .....	119
6.15.4.	Estado Legal e Estado Constitucional .....	120
6.16.	Princípio da oficialidade .....	120
6.17.	Princípio da obrigatoriedade (ou legalidade) .....	121
6.18.	Princípio da boa-fé processual .....	121
6.18.1.	Nossa posição .....	122
6.19.	Princípio da identidade física do juiz .....	123
7.	Princípios de aplicação específica aos Juizados Especiais Criminais .....	124
7.1.	Princípio da oralidade .....	124
7.2.	Princípio da informalidade .....	125
7.3.	Princípio da economia processual .....	126
7.4.	Princípio da celeridade .....	126
8.	Síntese .....	127

## Capítulo V

### DA APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

1. Interpretação da lei processual penal .....	131
2. O contexto da interpretação .....	132
3. Finalidades da interpretação .....	133
4. Métodos de interpretação .....	133
5. A interpretação quanto ao resultado .....	139
6. Integração da lei processual penal .....	139
7. Analogia .....	140
7.1. Conceito .....	140
7.2. Considerações .....	140
7.3. Hipóteses de integração analógica .....	141
7.4. Admissibilidade de utilização .....	141
8. Interpretação analógica .....	141
9. Princípios gerais de direito .....	142
10. Síntese .....	143

## Capítulo VI

### EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL PENAL

1. Introdução .....	147
2. Eficácia da norma processual no espaço: o princípio da territorialidade .....	147
2.1. As ressalvas do art. 1º do Código de Processo Penal .....	149
3. Eficácia da lei processual penal no tempo: o princípio da aplicação imediata .....	151
4. Normas heterotópicas .....	152
5. Normas mistas ou híbridas .....	154
6. Exceção ao art. 2º do CPP: hipótese da Lei n. 9.099/95 .....	155
7. Cessação da vigência da lei processual .....	155
8. Imunidades processuais penais .....	156
9. Síntese .....	158

## Capítulo VII

### A PERSECUÇÃO PENAL

1. Introdução .....	161
2. A polícia: funções e tipos .....	163

3. Outros meios pelos quais se concretiza a persecução penal .....	166
4. Síntese .....	167

## Capítulo VIII INQUÉRITO POLICIAL

1. Introdução .....	169
2. Conceito .....	170
3. Características .....	170
3.1. Instrumentalidade .....	170
3.2. Obrigatoriedade ou oficiosidade .....	171
3.3. Caráter meramente informativo .....	172
3.4. Discrecionalidade .....	173
3.5. Forma escrita .....	173
3.6. Sigilo .....	174
3.7. Caráter inquisitivo .....	177
4. Natureza jurídica .....	180
5. Instauração .....	181
5.1. <i>Notitia criminis</i> .....	181
5.2. Modos que ensejam a instauração .....	182
6. Trancamento do inquérito policial .....	185
7. Representação, requisição e requerimento .....	186
8. Procedimento investigativo .....	186
9. Diligências da autoridade policial .....	187
10. Reprodução simulada dos fatos .....	199
11. Outras atribuições da autoridade policial .....	200
12. O indiciado menor de idade .....	202
13. Indiciamento .....	202
14. Encerramento do inquérito: relatório .....	205
14.1. Providências do Ministério Público .....	206
14.1.1. Arquivamento indireto .....	207
15. Prazos .....	208
16. Arquivamento .....	209
16.1. Casos de competência originária .....	210
16.2. Efeito do arquivamento .....	211
16.3. Pedido expresso e fundamentação .....	212
17. Incomunicabilidade .....	213
18. Valor probatório .....	214

19. Termo circunstanciado .....	215
20. Investigação pelo Ministério Público .....	215
21. Síntese .....	219

1. Interpretação da lei processual .....	131
2. O contexto da interpretação .....	132
3. Finalidades da interpretação .....	133

## Capítulo IX AÇÃO PENAL

1. O direito de ação .....	225
2. Direito de ação ou poder de ação .....	226
3. Características da ação penal .....	226
4. Fundamento legal .....	227
5. Condições da ação .....	228
6. Condições genéricas .....	229
7. Justa causa para o ajuizamento da ação penal .....	233
8. Condições específicas da ação penal .....	233
9. Condições da ação e condições objetivas da punibilidade .....	234
10. Pendência de procedimento administrativo .....	235
11. Denúncia e queixa-crime .....	238
11.1. Conceito .....	238
11.2. Requisitos formais da denúncia .....	239
11.3. Requisitos formais da queixa-crime .....	241
11.4. Rejeição da petição inicial .....	242
11.5. Recurso .....	243
11.6. Imputação alternativa .....	244
11.7. Aditamento à petição inicial .....	245
12. Classificação .....	246
13. Síntese .....	247

1. Conceito .....	251
2. Titularidade .....	252
3. Princípios que regem a ação penal pública .....	252
4. Ação penal pública incondicionada .....	254
5. Ação penal pública condicionada .....	255

## Capítulo X AÇÃO PENAL PÚBLICA

5.1. Representação .....	255
5.2. Titularidade .....	256
5.3. Forma .....	259

5.4.	A quem se dirige a representação	259
5.5.	Prazo	259
5.6.	Retratação	260
5.7.	Renúncia à representação	261
6.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	262
7.	Síntese	263

## Capítulo XI

### AÇÃO PENAL PRIVADA

1.	Introdução	267
2.	Princípios	268
2.1.	Princípio da oportunidade (ou conveniência)	268
2.2.	Princípio da disponibilidade	269
2.3.	Princípio da intranscendência	269
2.4.	Princípio da indivisibilidade	269
3.	Titularidade	271
4.	Requerimento do titular da ação penal privada	273
5.	Classificação das ações penais privadas	274
5.1.	Ação privada exclusiva	275
5.2.	Ação privada personalíssima	275
5.3.	Ação privada subsidiária da pública	275
6.	Legitimidade	276
7.	Atuação do Ministério Público na ação penal privada subsidiária	276
8.	Ação penal privada concorrente	277
9.	Fundamento	279
10.	Renúncia	280
11.	Perdão do ofendido	281
12.	Forma	282
13.	Indivisibilidade	283
14.	Aceitação	283
15.	Querelante e querelado menores de idade	284
16.	Perempção	284
17.	Decadência	287
18.	Síntese	288

## Capítulo XII

### AÇÃO CIVIL "EX DELICTO"

1.	Considerações preliminares	293
----	----------------------------	-----



2. Conceito .....	294
3. Sistemas de reparação .....	294
4. Sistema pátrio .....	295
5. Efeitos da condenação penal no plano cível .....	295
6. Efeitos da sentença penal não condenatória .....	298
7. Sentença que concede o perdão judicial .....	301
8. Juizados Especiais .....	302
9. Legitimação .....	303
10. Competência .....	305
11. Síntese .....	305

## Capítulo XIII

### COMPETÊNCIA

1. Conceito .....	307
2. Critérios de fixação da competência .....	308
3. Competência material .....	309
3.1. Competência <i>ratione materiae</i> .....	309
3.2. Competência <i>ratione personae</i> .....	309
3.3. Competência <i>ratione loci</i> .....	310
4. Competência funcional .....	310
5. Competência absoluta e competência relativa .....	311
6. Distribuição da competência no sistema pátrio .....	311
7. As “jurisdições” especiais e comuns .....	312
7.1. Justiça Militar .....	313
7.1.1. Questões específicas .....	314
7.2. Justiça Eleitoral .....	317
7.3. Justiça do Trabalho .....	318
7.4. Justiça Federal .....	318
7.4.1. Crimes cometidos em detrimento de bens, serviços ou interesses da União (art. 109, IV, da CF) .....	320
7.4.2. Crimes previstos em tratado e convenção internacional (inciso V) .....	323
7.4.3. Crimes contra a organização do trabalho, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira (inciso VI) .....	323
7.4.4. Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves .....	325
5.1. Repressão .....	324
5.2. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (inciso X) .....	325



7.4.6. Crimes relativos a indígenas são da competência da Justiça Federal?	325
7.4.7. Grave violação a direitos humanos (inciso V-A)	325
7.5. Justiça Estadual	325
7.6. Concurso entre as competências da Justiça Federal e da Justiça Estadual	326
7.7. Juizados Especiais Criminais	326
7.8. Tribunal Penal Internacional	327
8. Critério territorial	328
8.1. Competência pelo lugar da infração	328
8.2. Juizados Especiais Criminais	332
8.3. Competência pelo domicílio ou residência do réu	332
8.4. Fixação do juízo competente	333
8.5. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> em face da competência territorial	335
9. Natureza da infração	336
10. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> em face da desclassificação	336
11. Latrocínio e Tribunal do Júri	337
12. Competência por conexão ou continência	338
12.1. Conexão	338
12.2. Continência	339
13. Fixação do <i>forum attractionis</i>	340
14. Separação de processos	342
15. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> em relação aos processos reunidos	343
16. Avocação	345
17. Competência pela prerrogativa de função	346
18. Casos específicos	346
19. Disposições especiais	353
20. Síntese	354

## Capítulo XIV

### QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

1. Conceito: incidentes processuais	359
2. Questões prejudiciais	360
2.1. Características	360
2.2. Questões prejudiciais homogêneas ou heterogêneas	361
2.3. Questões prejudiciais devolutivas ou não devolutivas	361
2.4. Pressupostos para o reconhecimento das questões prejudiciais obrigatórias	362

2. 2.5.	Procedimento .....	362
2. 2.6.	Pressupostos das questões prejudiciais facultativas .....	363
2. 2.6.1.	Procedimento .....	363
2. 2.6.2.	Sistema misto de competência .....	364
3.	Incidentes previstos no Código de Processo Penal .....	364
3. 3.1.	Exceções .....	365
3. 3.1.1.	Procedimento .....	365
3. 3.1.2.	Exceção de suspeição .....	366
3. 3.1.2.1.	Fundamento da suspeição .....	366
3. 3.1.2.2.	Hipóteses de suspeição .....	366
3. 3.1.2.3.	Procedimento .....	367
3. 3.1.2.4.	Suspeição de outros sujeitos processuais ..	371
3. 3.1.3.	Exceção de incompetência de juízo .....	373
3. 3.1.4.	Exceção de litispendência .....	375
3. 3.1.5.	Exceção de ilegitimidade de parte .....	376
3. 3.1.6.	Exceção de coisa julgada .....	378
3. 3.1.6.1.	Sentença (acórdão), julgado, coisa julgada ..	378
3. 3.1.6.2.	Coisa julgada material e coisa julgada formal ..	379
3. 3.1.6.3.	Extensão da coisa julgada formal .....	379
3. 3.1.6.4.	Escopo: segurança jurídica .....	380
3. 3.1.6.5.	Finalidade da coisa julgada e distinção da litispendência .....	380
3. 3.2.	Incompatibilidades e impedimentos .....	382
3. 3.2.1.	Incompatibilidade .....	383
3. 3.2.2.	Impedimento .....	383
3. 3.3.	Conflito de jurisdição .....	385
3. 3.3.1.	Procedimento .....	386
3. 3.3.2.	Competência .....	387
3. 3.3.3.	Existência de sentença com trânsito em julgado .....	388
3. 3.4.	Conflito de atribuições .....	389
3. 3.5.	Restituição de coisas apreendidas .....	389
3. 3.5.1.	Mandado de segurança .....	392
3. 3.5.2.	Procedimento .....	392
3. 3.6.	Medidas assecuratórias .....	394
3. 3.6.1.	Sequestro .....	395
3. 3.6.1.1.	Diferença entre o inciso II do art. 130 e o <i>caput</i> do art. 129 .....	397
3. 3.6.1.2.	Fundamentação .....	397
3. 3.6.1.3.	Decisão, levantamento do sequestro e competência .....	397
3. 3.6.2.	Hipoteca legal .....	399

3.6.3. Arresto .....	401
3.7. Incidente de falsidade .....	404
3.7.1. Procedimento .....	405
3.8. Incidente de insanidade mental do acusado .....	406
3.8.1. Efeitos do laudo pericial .....	408
3.8.2. Requerimento de instauração nos processos do Júri ..	410
3.8.3. Insanidade mental no curso da execução da pena .....	410
4. Síntese.....	411

## Capítulo XV

### TEORIA DA PROVA

1. Conceito(s) .....	415
2. Finalidade da prova .....	416
3. Objeto da prova .....	416
4. Alegações excluídas da atividade probatória .....	417
5. Presunções .....	419
6. Meio de prova .....	419
7. Procedimento probatório .....	420
8. Classificação da prova .....	421
9. Prova emprestada .....	422
10. Provas ilícitas e provas ilegítimas .....	424
10.1. “Teoria dos frutos da árvore envenenada” .....	427
10.2. Prova ilícita <i>pro reo</i> .....	430
10.3. Ressalvas: princípio da proporcionalidade .....	430
10.4. Casos especiais .....	433
10.5. Relativização da vedação à prova ilícita .....	436
11. Princípios que informam a atividade probatória .....	436
12. Sistemas de apreciação das provas .....	439
13. Ônus da prova .....	443
13.1. A questão da constitucionalidade do art. 156, I.....	445
14. Síntese.....	446

## Capítulo XVI

### PROVAS EM ESPÉCIE

1. Perícias e peritos .....	450
1.1. Natureza jurídica da prova pericial .....	452
1.2. Características.....	453

2.	Laudo pericial .....	453
3.	Perícia por precatória .....	454
4.	Valor probatório do laudo pericial .....	455
4.1.	Fungibilidade do perito .....	455
5.	Exame do corpo de delito .....	456
5.1.	Momento de realização do exame .....	457
5.2.	Exame necroscópico .....	458
5.3.	Exame de lesões corporais .....	459
6.	Demais perícias previstas no Código de Processo Penal .....	459
7.	Interrogatório do acusado .....	462
7.1.	Conceito e natureza jurídica .....	462
7.2.	Características .....	463
7.3.	Local do interrogatório .....	464
7.3.1.	Exceções trazidas pela nova redação da Lei n. 11.900/2009: réu preso e interrogatório por videoconferência .....	464
7.3.2.	Requisitos para o interrogatório <i>online</i> .....	466
7.4.	Interrogatório <i>online</i> e sua constitucionalidade .....	467
7.5.	Conteúdo .....	469
7.5.1.	Entrevista reservada com o defensor .....	469
7.5.2.	Direito ao silêncio .....	470
7.6.	Casos especiais .....	471
8.	Confissão .....	472
8.1.	Características da confissão .....	472
8.2.	Valor probatório .....	473
8.3.	Modalidades de confissão .....	473
8.4.	Delação premiada .....	474
9.	Perguntas ao ofendido .....	474
10.	Prova testemunhal: conceito, direitos, deveres, classificação .....	476
10.1.	Caracteres .....	477
10.2.	Número de testemunhas .....	478
10.3.	Quem pode depor .....	479
10.4.	Compromisso .....	481
10.5.	Contradita e arguição de suspeição .....	481
10.6.	Dever de comparecimento .....	482
10.7.	Oitiva por carta precatória .....	483
10.8.	Oitiva por videoconferência .....	484
10.9.	Oitiva por carta rogatória .....	485
10.10.	Depoimento .....	485
10.11.	Depoimento sem dano .....	488

11. Reconhecimento de pessoas ou coisas .....	488
11.1. Procedimento .....	488
11.2. Reconhecimento fotográfico .....	489
11.3. Valor probatório.....	490
11.4. Transferência inconsciente .....	491
12. Acareação .....	491
13. Prova documental .....	493
13.1. Elementos e requisitos .....	494
13.2. Apresentação .....	495
14. Prova indiciária .....	496
15. Busca e apreensão .....	497
15.1. Busca domiciliar .....	498
15.1.1. Inviolabilidade dos escritórios de advocacia.....	501
15.2. Busca pessoal .....	502
16. Meios de obtenção de provas na Lei n. 12.850/2013 (Lei de Organizações Criminosas) .....	503
16.1. Ações controladas.....	505
16.2. Infiltrações policiais .....	506
17. Síntese.....	507

## **Capítulo XVII**

### **SUJEITOS DO PROCESSO**

1. Noções preliminares .....	515
2. Juiz .....	516
2.1. Funções e poderes do juiz .....	516
2.2. Deveres do juiz .....	517
2.3. Prerrogativas .....	518
2.4. Vedações .....	518
2.5. Impedimento .....	519
2.6. Suspeição .....	520
3. Ministério Público .....	521
3.1. Princípios do Ministério Público .....	523
3.2. Organização .....	523
3.3. Prerrogativas e vedações relativas ao Ministério Público ..	524
3.4. Princípio do promotor natural .....	525
3.5. Impedimento do representante do Ministério Público .....	525
4. Acusado .....	526
4.1. Direitos do acusado .....	527



5.2. Defensor	529
5.1. Defensor constituído e defensor dativo	530
6. Disposições gerais	531
7. Assistente	533
7.1. Natureza jurídica da assistência	533
7.2. Admissão do assistente	534
7.3. Função do assistente	536
7.4. Atividades processuais do assistente	536
8. Órgãos auxiliares da justiça	538
9. Peritos	539
10. Intérpretes	540
11. Síntese	541

## Capítulo XVIII

### MEDIDAS CAUTELARES

1. Aspectos introdutórios	546
2. Características das medidas cautelares	546
2.1. Provisoriidade	547
2.2. Revogabilidade	547
2.3. Substitutividade	548
2.4. Excepcionalidade	548
3. Requisitos genéricos para imposição das medidas cautelares	549
3.1. <i>Fumus comissi delicti</i> e a questão da prova da materialidade. Distinção entre as cautelares alternativas a prisão e a exigência da materialidade para a prisão preventiva	549
3.2. <i>Periculum in libertatis</i>	552
4. Pressupostos específicos das medidas cautelares da Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011: o chamado “pressuposto material” do princípio da proporcionalidade como juízo escalonado	553
4.1. Compreendendo o pressuposto material ou de justificação teleológica das medidas	556
4.2. A relação meio e fim: ainda sobre o pressuposto material do princípio da proporcionalidade	557
4.3. A violação dos requisitos legais (pressuposto material) como causa de nulidades	559
4.3.1. A questão da preventiva e a tipicidade processual	560
4.3.2. Violação do princípio: ato nulo	562
5. Modalidades de medida cautelar	563
6. Decretação das medidas cautelares	564



7. Procedimento para imposição das medidas .....	564
8. Medidas cautelares em espécie .....	566
8.1. Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades (inciso I) .....	566
8.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o investigado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações (inciso II) .....	566
8.3. Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o investigado ou acusado dela permanecer distante (inciso III) .....	567
8.4. Proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução (inciso IV) .....	567
8.5. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos (inciso V) .....	568
8.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais (inciso VI) .....	568
8.7. Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do CP) e houver risco de reiteração criminosa (inciso VII) .....	570
8.8. Fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial (inciso VIII) .....	570
8.9. Monitoração eletrônica (inciso IX) .....	570
8.10. Proibição de ausentar-se do país .....	572
9. Recurso cabível nas medidas cautelares .....	572
10. Síntese .....	573

## Capítulo XIX

### PRISÃO

1. Conceito e modalidades .....	577
---------------------------------	-----

2.	Cautelaridade: social e processual .....	579
3.	Prisão e inviolabilidade de domicílio .....	581
4.	Prisão especial .....	582
5.	Mandado de prisão .....	584
5.1.	Banco de dados controlado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) .....	587
6.	Prisão em flagrante .....	588
6.1.	Classificações .....	589
6.2.	Casos especiais .....	591
6.3.	Formalidades da prisão em flagrante. Súmula Vinculante 11: algemas .....	592
6.4.	Procedimento ao receber o auto de prisão em flagrante .....	597
6.4.1.	Relaxar a prisão ilegal (inciso I) .....	597
6.4.2.	Converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 do CPP, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão (inciso II) .....	597
6.4.2.1.	Fim da autonomia da prisão em flagrante .....	599
6.4.3.	Conceder a liberdade provisória, com ou sem fiança (inciso III) .....	601
6.5.	Liberdade provisória e relaxamento da prisão .....	602
6.6.	Quem pode ser preso em flagrante? .....	603
6.7.	Sujeito ativo do flagrante .....	603
6.8.	Autoridade .....	604
7.	Prisão preventiva .....	604
7.1.	Generalidades e conceitos .....	604
7.2.	Decretação .....	604
7.3.	Pressupostos .....	606
7.4.	Admissibilidade .....	611
7.5.	Prazo .....	613
8.	Prisão domiciliar .....	615
8.1.	Requisitos da prisão domiciliar .....	616
9.	Lei Antidrogas e Lei dos Crimes Hediondos .....	617
10.	Prisão temporária .....	617
10.1.	Prazo .....	618
10.2.	Disposições gerais .....	619
11.	Síntese .....	619
	<b>Capítulo XX</b> .....	559
	<b>LIBERDADE PROVISÓRIA</b> .....	560
4.3.1.	A questão da liberdade processual .....	562
4.3.2.	Violação dos requisitos .....	563
5.	Modalidades de medida cautelar .....	563
1.1.	Conceito .....	625

2.	Hipóteses de cabimento .....	626
3.	Classificações .....	628
4.	Liberdade provisória vinculada sem fiança .....	629
5.	Liberdade provisória mediante fiança .....	629
5.1.	Objeto da fiança .....	633
5.2.	Concessão .....	633
5.3.	Valor .....	634
5.4.	Destinação do valor da fiança .....	635
5.5.	Obrigações do afiançado .....	635
5.6.	Reforço da fiança .....	636
5.7.	Quebramento .....	636
5.8.	Cassação .....	638
5.9.	Perda .....	638
5.10.	Dispensa da prestação .....	638
5.11.	Recurso cabível .....	639
6.	Síntese .....	639

## **Capítulo XXI**

### **DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS, DA SENTENÇA E DOS ATOS JURISDICIONAIS**

1.	Atos processuais .....	643
2.	Classificação dos atos jurisdicionais .....	644
3.	Classificação das decisões .....	645
3.1.	Quanto à finalidade .....	645
3.2.	Quanto ao objeto .....	645
3.3.	Quanto ao órgão prolator .....	647
4.	Comunicação dos atos processuais .....	648
4.1.	Citação e revelia .....	648
4.2.	Intimação .....	654
5.	Partes (ou requisitos) da sentença .....	656
6.	Requisitos materiais da sentença .....	659
7.	Prazos .....	660
8.	Princípio da correlação .....	660
8.1.	Considerações preliminares .....	660
8.2.	Desrespeito ao princípio e aditamento à denúncia .....	661
8.3.	Conceito .....	662
8.4.	Princípio da correlação como garantia processual. Consequência .....	662
9.	Matérias que independem de alegação .....	663

10. Autonomia decisória do juiz .....	663
11. <i>Emendatio libelli</i> .....	663
11.1. Hipóteses diversas .....	665
11.2. <i>Emendatio libelli</i> em segunda instância .....	666
12. <i>Mutatio libelli</i> .....	666
12.1. Procedimento .....	667
12.2. Hipótese de crime não descrito na denúncia .....	668
12.3. Vedação da <i>mutatio libelli</i> em segunda instância .....	669
13. Prescrição .....	669
14. Sentença absolutória .....	670
14.1. Efeitos .....	671
15. Sentença condenatória .....	672
15.1. Efeitos .....	676
15.2. A questão da “prescrição retroativa por antecipação” .....	678
16. Publicação .....	678
17. Intimação .....	679
18. Contagem do prazo .....	681
19. Síntese .....	681

## Capítulo XXII PROCEDIMENTO E PROCESSO

1. Noções introdutórias .....	687
1.1. Autonomia do processo .....	689
1.2. Início e fim do processo .....	689
1.3. Atos jurídicos processuais .....	690
2. Pressupostos processuais .....	690
3. Sistemas de processo penal .....	691
4. Fases procedimentais .....	691
5. Procedimento monofásico e procedimento bifásico .....	692
6. Procedimento comum e procedimentos especiais .....	692
7. Concurso de procedimentos .....	694
8. Síntese .....	695

10.2. Disposições gerais .....	695
10.3. Síntese .....	695
<b>Capítulo XXIII</b>	
<b>PROCEDIMENTOS: DISPOSIÇÕES GERAIS.</b>	
<b>PROCEDIMENTO COMUM: ORDINÁRIO E SUMÁRIO</b>	
<b>(CRIMES DA COMPETÊNCIA DO JUIZ COMUM)</b>	

1. Procedimentos: disposições gerais .....	697
--	-----

1.1.	Recebimento e rejeição da denúncia ou queixa .....	698
1.2.	Hipótese de recebimento parcial da denúncia .....	698
1.3.	Recebimento e resposta escrita .....	699
1.4.	Absolvição sumária .....	701
1.4.1.	Recursos .....	702
1.5.	Despacho saneador .....	702
1.6.	Princípio da identidade física do juiz .....	702
2.	Procedimento comum ordinário .....	703
2.1.	Audiência una: instrução, debates e julgamento .....	703
3.	Procedimento comum sumário .....	706
3.1.	Audiência una: instrução, debates e julgamento .....	706
4.	Síntese .....	707

## Capítulo XXIV

### PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI

1.	Considerações preliminares: sistemas de Júri .....	711
1.1.	Noções preliminares e características .....	711
1.1.1.	Argumentos contrários e favoráveis ao Júri .....	713
1.2.	O Júri no Brasil .....	715
2.	Princípios constitucionais .....	716
3.	A reforma do procedimento do Júri .....	718
4.	Procedimento bifásico .....	721
5.	Organização do Júri .....	721
6.	Dos jurados .....	723
6.1.	Principal inovação legislativa .....	724
6.1.1.	Notória idoneidade não é notoriedade .....	725
6.1.2.	O descompasso legislativo-constitucional .....	725
6.1.3.	Breve incursão no direito comparado .....	726
6.2.	A isenção do serviço do Júri na nova lei .....	727
6.3.	Causas de impedimento, suspeição, incompatibilidade e hipóteses de responsabilidade de jurado .....	728
7.	Primeira fase ( <i>judicium accusationis</i> ) .....	729
8.	Pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária .....	732
9.	Segunda fase ( <i>judicium causae</i> ) .....	739
10.	Desaforamento .....	740
11.	Da organização da pauta .....	743
12.	Julgamento em plenário .....	743



12.1. A duvidosa constitucionalidade do art. 478: fonte de nulidades .....	754
12.2. A criação de um tipo processual penal “aberto” .....	758
12.3. O “argumento de autoridade” do art. 478 do CPP .....	760
12.4. Interpretação do art. 478 à luz da CF .....	762
13. Quesitos .....	764
13.1. Os sistemas de votação francês, inglês, canônico e escocês e a inovação do modelo brasileiro .....	766
14. Votação .....	768
15. Sentença .....	772
16. Atribuições do juiz presidente .....	773
17. Síntese .....	774

15.1. Efeitos .....

676

15.2. A questão da “prova antecipada” .....

678

## Capítulo XXV

16. Publicação .....	678
17. Intimações .....	679

## PROCESSOS ESPECIAIS

1. Introdução .....	781
2. Processo dos crimes de falência e a nova lei falimentar .....	781
2.1. Modelo anterior (aplicável aos processos em andamento) .....	782
2.2. Principais inovações da Lei n. 11.101/2005 .....	784
2.2.1. Aspectos de direito material .....	784
2.2.2. Aspectos de direito processual .....	785
2.2.3. Processo dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos .....	785
2.2.4. Processo dos crimes contra a honra .....	788
2.2.5. Processo dos crimes contra a propriedade imaterial .....	792
3. Síntese .....	794

## Capítulo XXVI

## JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

1. Introdução .....	797
2. Competência .....	797
3. Princípios e finalidades .....	799
4. Fase preliminar .....	800
5. Conciliação .....	802
6. Transação penal .....	803
6.1. Cumprimento e descumprimento da transação pactuada .....	805
7. Procedimento sumaríssimo .....	807



8. Audiência de instrução e julgamento .....	807
9. Sentença .....	809
10. Execução .....	810
11. Síntese .....	811

## Capítulo XXVII

### SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO

1. Introdução .....	815
2. Admissibilidade .....	816
3. Requisitos .....	817
4. Propositura, aceitação e homologação .....	820
5. Período de prova .....	822
6. Condições .....	822
7. Causas de revogação .....	823
8. Prorrogação do período de prova .....	824
9. Extinção da punibilidade .....	825
10. Síntese .....	825

## Capítulo XXVIII

### NULIDADES

1. Noções preliminares .....	829
2. Sistema da instrumentalidade das formas .....	831
3. Atos inexistentes .....	832
4. Atos irregulares .....	834
5. Espécies de nulidade .....	834
6. Princípios referentes às nulidades .....	835
7. Nulidades do art. 564 do CPP .....	838
8. Convalidação dos atos atípicos .....	847
9. Nulidades na Lei n. 9.099/95 .....	850
10. Inquérito policial .....	850
11. Síntese .....	851

## Capítulo XXIX

### MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

1. Aspectos gerais .....	855
--------------------------	-----

208	<i>Summa divisio</i> dos instrumentos impugnatórios .....	858
308	Síntese .....	859
1018	2.2. A criação de um tipo processual "aberto" .....	860
1118	2.3. O "argumento de <b>Capítulo XXX</b> 478 do CPP .....	861
124	Interp .....	762
13	Quesitos .....	764
1	Conceito .....	861
1.1.	Características .....	862
2	Fundamentos .....	863
3	Princípios .....	865
4	"Reexame necessário" ou "recurso de ofício" .....	867
5	Requisitos ou pressupostos de admissibilidade: o "juízo de preli- bação" antecede o de delibação .....	869
5.1.	Pressuposto fundamental .....	871
5.2.	Pressupostos objetivos .....	872
5.3.	Pressupostos subjetivos .....	877
6	Efeitos dos recursos .....	881
7	Síntese .....	883
2.1.	Modelo anterior (aplicável aos processos em andamento) .....	782
2.2.	Principais inovações <b>Capítulo XXXI</b> 2005 .....	784
2.2.1.	<b>RECURSO EM SENTIDO ESTRITO</b> .....	784
2.2.2.	Aspectos de .....	785
1	Noções preliminares .....	888
1.1.	Espécies de recurso em sentido estrito .....	888
2	Cabimento .....	889
3	Hipóteses do art. 581 do CPP .....	890
3.1.	Interpretação do art. 581 do CPP .....	890
3.2.	Interpretação extensiva e a analogia no art. 581 do CPP .....	891
3.3.	Despacho pode ser objeto do recurso? .....	892
3.4.	O recurso em sentido estrito e as hipóteses do art. 581 .....	893
3.4.1.	Decisão que não receber a denúncia ou a queixa .....	893
3.4.2.	Decisão que concluir pela incompetência do juízo .....	895
3.4.3.	Decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição .....	895
3.4.4.	Decisão que pronunciar o réu .....	896
3.4.5.	Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante .....	897

6.1.	3.4.6. Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor .....	899
6.2.	3.4.7. Decisão que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade .....	899
6.3.	3.4.8. Decisão que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade .....	905
9.1.	3.4.9. Decisão que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i> .....	905
9.2.	3.4.10. Decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena .....	906
	3.4.11. Decisão que conceder, negar ou revogar livramento condicional .....	907
	3.4.12. Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte .....	907
	3.4.13. Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir .....	908
	3.4.14. Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta ..	908
	3.4.15. Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial .....	909
	3.4.16. Decisão sobre a unificação de penas .....	910
	3.4.17. Decisão sobre o incidente de falsidade .....	910
	3.4.18. Outras decisões abrangidas pela Lei de Execução Penal .....	911
	3.4.19. Decisão que converter a multa em detenção ou em prisão simples .....	911
4.	Competência .....	912
5.	Prazos e procedimento .....	912
5.1.	Prazos .....	912
5.2.	Procedimento .....	914
5.2.1.	Recurso nos próprios autos .....	914
5.2.2.	Recurso pelo instrumento (traslado) .....	914
5.2.3.	Formação do instrumento .....	915
5.2.4.	Razões. São necessárias? .....	915
5.2.5.	Processamento em segunda instância .....	917
6.	Efeitos .....	917
6.1.	Juízo de retratação. Efeito regressivo .....	918
7.	Síntese .....	919

<b>Capítulo XXXII</b>		
<b>APELAÇÃO</b>		
1.	Noções preliminares .....	923
1.1.	A apelação no CPP .....	924
1.2.	Classificação da apelação .....	925
1.2.1.	Quanto à extensão .....	925
1.2.2.	Quanto ao rito procedimental .....	927
1.2.3.	Quanto ao apelante .....	927
1.2.4.	Quanto à oportunidade .....	928
2.	Legitimidade .....	928
2.1.	Ministério Público .....	928
2.2.	O réu e o defensor .....	930
2.3.	Ofendido .....	932
3.	Hipóteses de cabimento .....	933
3.1.	Decisões do juiz singular .....	934
3.1.1.	Das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular .....	934
3.1.2.	Das decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular nos casos de não cabimento do recurso em sentido estrito .....	935
4.	Decisões do Tribunal do Júri .....	936
4.1.	Nulidade posterior à pronúncia .....	937
4.2.	Sentença do juiz presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados .....	938
4.3.	Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança .....	938
4.4.	Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos .....	940
5.	Prazo e processamento .....	942
5.1.	Prazo para interposição do recurso .....	942
5.1.1.	Do prazo legal concedido à vítima .....	944
5.2.	Processamento .....	946
5.2.1.	Competência .....	946
5.2.2.	Processamento no juízo monocrático .....	946
5.2.2.1.	Intempestividade das razões .....	949
5.2.3.	Processamento no tribunal .....	950
5.2.3.1.	Sustentação oral .....	951
5.2.4.	Extinção anômala do apelo .....	952

6. Efeitos .....	953
6.1. Efeito devolutivo .....	953
6.2. Efeito suspensivo .....	953
6.3. Efeito extensivo .....	955
7. Recolhimento à prisão para apelar: legislação extravagante .....	955
8. Lei n. 9.099/95 .....	955
9. <i>Reformatio in pejus</i> e <i>reformatio in melius</i> .....	956
9.1. A vedação da <i>reformatio in pejus</i> .....	956
9.1.1. A vedação da <i>reformatio in pejus</i> indireta .....	958
9.2. <i>Reformatio in melius</i> .....	960
10. Síntese .....	961

### Capítulo XXXIII

## EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Noções preliminares .....	967
2. Cabimento .....	968
3. Prazo e processamento .....	970
4. Efeitos .....	973
5. Lei n. 9.099/95 .....	974
6. Síntese .....	974

### Capítulo XXXIV

## EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Noções gerais .....	977
2. Cabimento .....	978
2.1. Divergência na votação .....	978
2.2. Acórdãos impugnáveis .....	979
3. Competência .....	981
4. Legitimação .....	981
5. Procedimento .....	981
6. Efeitos .....	982
7. Interposição no STF .....	983
8. Síntese .....	984

### Capítulo XXXV

## AGRAVOS

1. Espécies de agravo previstas no sistema processual penal .....	987
---	-----

2.	Agravo em execução .....	988
2.1.	Cabimento .....	988
2.2.	Legitimação .....	989
2.3.	Procedimento .....	989
2.4.	Efeitos .....	990
3.	Síntese .....	990

## **Capítulo XXXVI**

### **CARTA TESTEMUNHÁVEL**

1.	Noções preliminares .....	993
2.	Cabimento .....	994
3.	Prazo e processamento .....	995
3.1.	Prazo .....	995
3.2.	Processamento .....	995
4.	Efeitos .....	997
5.	Síntese .....	997

## **Capítulo XXXVII**

### **CORREIÇÃO PARCIAL**

1.	Conceito e natureza jurídica .....	999
1.1.	Constitucionalidade .....	1000
1.2.	Reclamação .....	1000
2.	Cabimento .....	1001
3.	Legitimidade .....	1003
4.	Procedimento .....	1003
4.1.	Competência .....	1005
5.	Efeitos .....	1005
6.	Síntese .....	1005

## **Capítulo XXXVIII**

### **RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

1.	Introdução .....	1009
1.1.	Histórico .....	1010
2.	Cabimento .....	1010
2.1.	Hipóteses de cabimento .....	1011
2.2.	Pressupostos .....	1013
2.2.1.	Prequestionamento .....	1015
2.2.2.	Repercussão geral das questões constitucionais .....	1017



3. Legitimidade	1019
4. Procedimento	1020
4.1. Agravo de instrumento	1023
4.2. Embargos de divergência	1025
5. Efeitos	1025
5.1. Execução da pena antes da condenação definitiva com trânsito em julgado	1027
6. Síntese	1029
<b>Capítulo XXXIX</b>	
<b>RECURSO ESPECIAL</b>	
1. Noções gerais	1033
2. Cabimento	1034
3. Legitimidade	1037
4. Procedimento	1038
5. Efeitos	1039
6. Síntese	1039

## Capítulo XL

### RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

1. Breve preliminar	1041
2. Cabimento	1042
2.1. Recurso ordinário constitucional no STF	1042
2.2. Recurso ordinário constitucional no STJ	1043
2.3. Considerações comuns	1043
3. Procedimento	1044
3.1. Procedimento no STJ	1044
3.2. Procedimento no STF	1045
4. Síntese	1045

## Capítulo XLI

### REVISÃO CRIMINAL

1. Noções preliminares	1047
1.1. Natureza jurídica e conceito	1047
1.2. Finalidade	1048
2. Legitimidade	1049
3. Competência	1051

4.	Pressupostos e admissibilidade .....	1051
5.	Cabimento .....	1054
5.1.	Sentença condenatória contrária a texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos (inciso I) .....	1055
5.1.1.	Sentença contrária a texto expresso da lei penal .....	1055
5.1.2.	Sentença contrária à evidência dos autos .....	1056
5.2.	Sentença condenatória que se funda em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos (inciso II) ..	1058
5.3.	Se, posteriormente à sentença, forem descobertas novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena (inciso III) .....	1059
6.	Procedimento .....	1060
7.	Julgamento e efeitos .....	1062
8.	Indenização por erro judiciário .....	1064
9.	Síntese .....	1066

## Capítulo XLII

### HABEAS CORPUS

1.	Noções introdutórias .....	1069
1.1.	Histórico no Brasil .....	1069
1.2.	Conceito .....	1070
1.3.	Natureza jurídica .....	1071
2.	Espécies .....	1072
2.1.	No mérito .....	1072
2.1.1.	Liberatório ou repressivo .....	1072
2.1.2.	Preventivo .....	1073
2.2.	De ofício .....	1073
2.2.1.	Relaxamento de prisão .....	1073
3.	Legitimidade .....	1074
3.1.	Legitimidade ativa .....	1074
3.2.	Legitimidade passiva .....	1076
4.	Competência .....	1077
4.1.	Supremo Tribunal Federal .....	1078
4.2.	Superior Tribunal de Justiça .....	1080
4.3.	Tribunais Regionais Federais .....	1080
4.4.	Tribunais dos Estados .....	1081
4.5.	Juízos monocráticos .....	1081
5.	Cabimento .....	1082
5.1.	Hipóteses legais .....	1082

5.1.1.	Ausência de justa causa (inciso I) .....	1082
5.1.2.	Prisão além do tempo determinado em lei (inciso II) .....	1084
5.1.3.	Incompetência do coator (inciso III) .....	1085
5.1.4.	Cessaçao do motivo que autorizou a coaçao (inciso IV) .....	1086
5.1.5.	Inadmissao de fiança, nos casos em que a lei a autoriza (inciso V) .....	1087
5.1.6.	Processo manifestamente nulo (inciso VI) .....	1087
5.1.7.	Extinçao da punibilidade (inciso VII) .....	1088
5.2.	Prisao disciplinar militar e administrativa .....	1088
5.3.	Admissibilidade .....	1089
6.	Processamento .....	1091
6.1.	Requisitos da petiçao .....	1091
6.2.	No juízo de primeiro grau .....	1093
6.3.	Competência originária do Tribunal .....	1095
7.	Recursos .....	1097
8.	Efeitos .....	1097
9.	Síntese .....	1097

## Capítulo XLIII

### MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JURISDICIONAL

1.	Conceito e natureza jurídica .....	1101
2.	Legitimidade .....	1102
2.1.	Legitimidade ativa .....	1102
2.2.	Legitimidade passiva .....	1103
3.	Cabimento .....	1103
3.1.	Hipóteses legais de não cabimento .....	1104
3.2.	Espécies .....	1105
3.3.	Requisitos .....	1105
3.4.	Exemplos de cabimento no âmbito criminal .....	1108
4.	Competência .....	1109
5.	Prazo e processamento .....	1110
5.1.	Prazo .....	1110
5.2.	Processamento .....	1110
5.2.1.	Petiçao inicial .....	1110
5.2.2.	Processamento .....	1111
5.2.3.	Recursos .....	1112
6.	Síntese .....	1113
	<b>Bibliografia</b> .....	1117